



Sindserv é contra cobrança de imposto sindical dos trabalhadores pela Fupesp

Federação ganha ação judicial contra prefeitura e recebeu um dia de trabalho do servidor este mês

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) repudia a cobrança do imposto sindical que privilegia entidades que nunca lutaram pelos direitos da categoria sebastianense. Nos holerites de novembro, os trabalhadores foram surpreendidos com o desconto no valor de um dia de trabalho que será repassado a Federação dos Funcionários Públicos Municipais do Estado de São Paulo (Fupesp). A instituição ingressou em 2006 com uma ação judicial contra a prefeitura e ganhou ao recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

pág. 3

Sindicato exige que buraco com esgoto na Garagem Municipal seja reparado pela prefeitura



pág.4

CONQUISTA PARA OS FUNCIONÁRIOS DA GARAGEM!

Depois de várias denúncias e cobranças, servidores conseguem sala de descanso

A união dos trabalhadores junto ao Sindserv trouxe um benefício aos funcionários públicos. Agora os servidores da Garagem Municipal têm um espaço para poder descansar nos intervalos, a sala de descanso.

pág.4



Sindserv cobra esclarecimentos sobre a Cipa e o Departamento de Segurança da FSPSS

pág. 5

SINDSERV FLAGRA

Quase tudo caindo

Em pleno funcionamento, a quadra de Barra do Una, na Costa Sul, é mais um dos galpões que pode cair a qualquer momento devido à falta de manutenção.



pág. 6

Categorias se reúnem no Sindserv para debate sobre aposentadoria

O Sindserv recebeu, na “Debate em defesa da aposentadoria dos trabalhadores”, organizado pelo Fórum diversas categorias para o Sindical do Litoral Norte.

pág.7

Servidores se reúnem para exigir explicações sobre supostas fraudes no Faps



pág. 5

EDITORIAL

Vamos direto ao assunto

Não é de hoje que o funcionário público se sente traído por falsas promessas ofertadas pelo “patrão”. Temos histórico de lindos discursos nos palanques da vida que nunca se concretizaram e até hoje amargamos pre-

Já que estamos falando em holerites, não podemos deixar de citar que os comprovantes chegam com dois, ou até mesmo três meses de atraso nos setores, mas vamos contar com os funcionários que conseguem ver onli-

deração “metesse a mão” no dinheiro do servidor, pois não recorreu na última instância, em Brasília, e no processo de execução de valor.

Sempre agimos com transparência e respeito à categoria. Vamos continuar lutando para que o servidor seja valorizado pela administração. Uma vez que não cabe mais recursos para embargar os

Só por meio da união e da luta vamos deixar de ser colocados de lado

juízos. Somado a isso, temos também uma recorrente omissão da administração e este mês fomos pegos de surpresa mais uma vez com o desconto do Imposto Sindical. Este processo está correndo desde 2006 e a prefeitura já sabia da execução dos valores há meses companheiros, mas em nenhum momento teve a capacidade de informar aos servidores e ao Sindicato. Nós já temos que “fazer malabarismos” devido à falta de reposição salarial, o não reajuste dos vales alimentação e refeição, e ainda tomamos esta pancada desavisada no orçamento.

Não podemos admitir a falta de comunicação e transparência da prefeitura, principalmente com assuntos que atingem diretamente a vida do trabalhador. Nós sempre servem de “quadro de avisos”, a exemplo de um comunicado que recebemos quando o prefeito se defendeu de um “suposto aumento” em seu salário que constava no Boletim Oficial do município.

ne e avisar os companheiros, ou que com planejamento poderíamos ter sido notificados meses antes.

Gostaria de frisar que o imposto sindical é uma taxa permitida pela Lei Federal, descontado de toda a categoria e é diferente da mensalidade que os sindicalizados pagam ao Sindserv. O Sindicato nunca cobrou o imposto sindical dos servidores e não é filiada a Fupesp. Como não fomos citados neste processo, que infelizmente corre há 10 anos na Justiça, a diretoria do Sindicato soube extraoficialmente uma semana antes do dia do pagamento e estávamos averiguando a situação para informar corretamente a categoria quando percebemos o desconto ao ver o holerite online.

O Sindserv também repudia a atitude da prefeitura que deixou que esta Fe-

descontos do Imposto Sindical e cientes que o Sindicato tem direito a 60% da quantia, estamos exigindo o repasse deste valor ao Sindserv e pretendemos devolver a porcentagem aos servidores, após deliberação em assembleia para decidirmos juntos o destino deste recurso.

O Sindserv é o representante legal da categoria e nós somos – junto com todos os servidores – uma ferramenta de luta pelos direitos dos funcionários públicos municipais de São Sebastião. Contamos com vocês nas assembleias, nas mobilizações, nos eventos do Sindicatos e também estamos a disposição para defender todos os sindicalizados. Só por meio da união e da luta vamos deixar de ser colocados de lado pelos “patrões” e conquistar a valorização dos trabalhadores.

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)

Rua José David do Vale, nº 33
Centro – São Sebastião/SP
Fone: (12) 3892.1545
E-mail: jornalismo@sindserv.com

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:

Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)

Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Conselho Fiscal:

Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes: Ivaldo Paixão Tavares Braga; Paulo Sérgio da Silva.

Jornalista: Jessyca Biazini

MTB 73.249/SP

Diagramação: Marizia Silva

Impressão: Atlântica Gráfica e Editora

Tiragem: 2.500 exemplares

Fechamento desta

Edição: 30/11/2016

Proposta Orçamentária 2017 do Sindserv é aprovada por unanimidade

O Sindicato dos Servidores Públicos de São Sebastião (Sindserv) realizou no dia 23 de novembro, na sede central da entidade, a assembleia geral ordinária para apresentação e deliberação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2017.

A planilha de orçamento foi aprovada por unanimidade. Com primeira convocação às 17h e segunda chamada às 18h, a assembleia reuniu a categoria para apresentar e deliberar onde serão investidos os recursos no próximo ano, de acordo com as normas do Estatuto do Sindserv.

A planilha de orça-

mento foi aprovada por unanimidade. Com primeira convocação às 17h e segunda chamada às 18h, a assembleia reuniu a categoria para apresentar e deliberar onde serão investidos os recursos no próximo ano, de acordo com as normas do Estatuto do Sindserv.

Sindserv é contra cobrança de imposto sindical dos trabalhadores pela Fupesp

Federação ganha ação judicial contra prefeitura e recebeu um dia de trabalho do servidor este mês



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) repudia a cobrança do imposto sindical que privilegia entidades que nunca lutaram pelos direitos da categoria sebastianense. Nos holerites de novembro, os trabalhadores foram surpreendidos com o desconto no valor de um dia de trabalho que será repassado a Federação dos Funcionários Públicos Municipais do Estado de São Paulo (Fupesp). A instituição ingressou em 2006 com uma ação judicial contra a prefeitura e ganhou ao recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo o Departamento Jurídico do Sindserv, Audrei Guatura, o Sindicato nunca cobrou dos servidores o imposto sindical e não é filiado a Fupesp. O Sindserv não tem nenhuma ligação com esta ação judicial, nem mesmo foi citado ou comunicado por nenhuma das partes durante o processo. “A prefeitura não informou aos funcionários e muito menos ao Sindicato sobre este processo. Tivemos conhecimento do desconto no dia 22 de novembro e imediatamente começamos a averiguar a situação. No mesmo dia, protocolamos um ofício na prefeitura exigindo esclarecimentos e que a execução dos valores fosse embargada, mas até agora não tivemos nenhum retorno da administração”, afirma a presidente do Sindserv.

Segundo o Departamento Jurídico do Sindserv, a Fupesp, com base na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ingressou com o processo e teve o pedido de cobrança do imposto sin-

dical negado pelo Juiz de São Sebastião.

Ainda de acordo com o Departamento Jurídico, a Fupesp não aceitou a derrota e recorreu no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde o desembargador teve o mesmo entendimento e julgou improcedente a ação. A entidade conseguiu o direito no STJ, em Brasília, onde não houve manifestação por parte da prefeitura ou pedido de contestação da execução dos valores.

De acordo com a determinação judicial, a Fupesp deverá receber 11 anos de contribuição do imposto sindical, referente ao período de 2006 a 2016. “O pagamento é uma determinação do STJ e agora não cabem mais recursos. A prefeitura mais uma vez se omitiu ao não defender os direitos do trabalhador perante o Superior Tri-

bunal de Justiça e não recorreu da decisão ao Supremo”, aponta o advogado do Sindserv, Ricardo Harada.

Diante desta situação, o Sindserv vai exigir o direito a 60% do pagamento do imposto sindical e, assim que estiver de posse desses valores, pretende devolver a porcentagem aos servidores sindicalizados. “O trabalhador não pode sofrer mais este prejuízo. Quando conseguirmos o repasse e a quantia estiver na conta do Sindicato, nós vamos convocar a categoria para decidir juntos como será feita a destinação deste recurso”, completa Audrei.

Providências

No dia 22 de novembro, o Sindserv protocolou o ofício na Secretaria de Administração (Secad) e na Secretaria de Assuntos Jurídicos (Sajur), onde requer que “sejam tomadas as devidas medidas judiciais cabíveis por parte do Exmo. Sr. Prefeito Municipal para que evite o desconto de dias de trabalho da categoria a título de Imposto Sindical cobrado pela Fupesp”.

Depois do desconto nos holerites de novembro, outro ofício protocolado pelo Sindserv na Secad e na Secretaria da Fazenda (Sefaz) solicita a retenção de 60% do imposto sindical, bem como dos futuros abatimentos referentes ao tributo, de acordo com a legislação. E que a quantia seja repassada ao Sindserv, represen-

tante legal da categoria. O Departamento Jurídico do Sindserv também notificou a Fupesp exigindo esclarecimentos pela cobrança do Imposto Sindical da categoria, uma vez que nunca procurou o Sindicato para fortalecer a luta dos servidores públicos sebastianense e iniciou qualquer ato em prol dos funcionários públicos municipais da cidade.

Uma vez que não cabe recurso na execução da cobrança, a notificação ainda exige que, caso a prefeitura repasse o valor total do imposto sindical a Federação, a Fupesp faça o repasse de 60% da quantia ao Sindserv, representante legal da categoria, sob pena das medidas legais cabíveis.

O que é Imposto Sindical?

De acordo com a Constituição Federal, o Imposto Sindical obrigatório é a taxa anual, equivalente a um dia de trabalho, que é descontada de todo trabalhador, filiado ou não. A destinação do tributo se divide entre o sindicato, centrais sindicais, federações, confederações e Governo Federal.

Atenção! O Imposto Sindical não pode ser confundido com Mensalidade Associativa. A mensalidade é um valor pago em virtude da associação espontânea do trabalhador ao sindicato que a representa para fortalecer a categoria e usufruir dos benefícios oferecidos pela entidade.

Entrevista na rádio



Na manhã do dia 30 de novembro (quarta-feira), a presidente do Sindserv, Audrei Guatura, e o advogado do Departamento Jurídico do Sindicato, Ricardo Harada, estiveram na rádio para uma entrevista ao Jornal da Morada, onde puderam esclarecer aos servidores sobre o desconto do imposto sindical feito pela Federação Fupesp.

Sindicato exige que buraco com esgoto na Garagem Municipal seja reparado pela prefeitura



No início de novembro, a diretoria do Sindserv esteve na Garagem Municipal e constatou um grande buraco com esgoto no meio estacionamento. Para evitar acidentes e oferecer melhores condições de trabalho aos servidores, o Sindicato protocolou o ofício 261/2016, onde exige providências imediatamente. De acordo com relatos de funcionários,

esta situação se arrasta há meses e serve “para criar mosquito e para atrapalhar o trabalho”.

“O buraco não está totalmente cercado. Tem um cavalete, cones e uma fita que não sinaliza adequadamente. Mas, de qualquer forma, este esgoto ‘a céu aberto’ não tinha que existir, principalmente por estar em uma área de tráfego de pessoas e automóveis. O servi-

dor precisa ser valorizado e respeitado, o mínimo é um local de trabalho seguro e limpo”, questiona a presidente do Sindserv, Audrei Guatura.

O Sindserv luta para preservar e defender o direito da categoria nas questões trabalhistas, bem como por melhores condições de trabalho para os servidores públicos municipais de São Sebastião.

Carcaças e novidades



Para reposição salarial do trabalhador e outros direitos da categoria que envolvem o orçamento sempre ouvimos a mesma

resposta: “não tem dinheiro”, o que não ocorre quando o recurso é para a compra de nova frota. Ao lado dos carros recém-compra-

dos, vemos o dobro de veículos “caindo aos pedaços” devido à falta de manutenção. Por que deixar chegar neste estado?

CONQUISTA PARA OS FUNCIONÁRIOS DA GARAGEM!

Depois de várias denúncias e cobranças, servidores conseguem sala de descanso

A união dos trabalhadores junto ao Sindserv trouxe um benefício aos funcionários públicos. Agora os servidores da Garagem Municipal têm um espaço para poder repousar nos intervalos, a sala de descanso. Após denúncias no Alerta Servidor, ofícios protocolados no Ministério do Trabalho e na administração municipal, além de muita cobrança por parte dos funcionários, foi construído um local que conta também com banheiro e uma pequena copa-cozinha.

“Nós reivindicamos e prontamente o Sindserv tomou todas as providências para atender e defender a gente.

Estamos felizes, pois o Sindserv ‘brigou’ por nós e a gente conseguiu esta sala. Antes não tinham banheiros decentes pra gente usar. Estávamos com péssimas condições de trabalho”, destaca um servidor.



Servidores se reúnem para cobrar explicações sobre supostas fraudes no Faps

Cerca de 30 servidores se reuniram no Observatório Ambiental, na noite do dia 28 de novembro, para cobrar dos gestores do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Faps) explicações sobre supostas irregularidades. Com mais de 10 dias de antecedência, quatro funcionários públicos protocolaram no Faps a solicitação para reunião, acompanhada de uma notificação extrajudicial que aponta possíveis fraudes, porém não compareceram.

Desde 2014, o Sindserv aplica todas as medidas legais possíveis para que não ocorra a dilapidação do patrimônio dos servidores públicos e na reunião se colocou a disposição na continuação desta luta pelos interesses da categoria.

Durante a reunião, os organizadores detalharam para os companheiros algumas das possíveis irregularidades e destacaram a pouca informação sobre a gestão dos recursos do Fundo e informações incompletas e irregulares no site do Faps. “É preciso que os documentos estejam disponíveis de forma transparente e ao alcance de todos os servidores e pensionistas”, ressalta o servidor público Marconi Oliveira.

Ainda explicaram sobre possíveis perdas obtidas em investimentos, alguns são objetos de investigação criminal da Polícia Federal. Os trabalhadores também apresentaram dúvidas quanto o critério de seleção das apli-



cações de ativos e produtos de investimentos e como são executadas as escolhas para garantir o resultado almejado na meta atuarial.

O ponto que mais provocou os servidores é possíveis prejuízos em carteiras de investimentos, sendo que

uma estaria com rentabilidade negativa acumulada em -21,7%, o que geraria uma “defasagem de mais de R\$ 8 milhões”, segundo os servidores. Outra questão é os gastos com a mudança das instalações do Faps e supostas irregularidades no repasse da contribuição patronal, entre outras.

Ao final da reunião, os funcionários públicos formaram uma comissão, composta pelo Sindserv, o vereador Gleivison Gaspar e os servidores responsáveis pela denúncia. O grupo irá encaminhar as denúncias em todas as esferas legais possíveis e organizar a continuidade da mobilização.

“Os servidores públicos municipais são os mantenedores e diretamente interessados na saúde financeira do

fundo. Temos o direito de cobrar a transparência e licitude na administração dos recursos do Faps”, afirma a presidente do Sindserv, Audrei Guatura.

O Sindserv aplica todas as medidas legais possíveis para que não ocorra a dilapidação do patrimônio dos servidores públicos municipais, dentre elas, denúncias na Polícia Federal, cobranças junto à prefeitura e ao próprio Faps sobre a transparência das contas. Inclusive consta na pauta de reivindicações, aprovada em assembleia pela categoria, a criação e divulgação de um informativo detalhado do Faps, onde conste cálculo atuarial, investimentos, resgates, entre outras informações.



Sindserv cobra esclarecimentos sobre a Cipa e o Departamento de Segurança da FSPSS

Preocupados com a segurança e a saúde dos funcionários da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião (FSPSS), a diretoria do Sindserv exigiu esclarecimentos sobre a constituição do Departamento de Segurança do Trabalho da instituição. No ofício 245/2016, protocolado no início de novembro, o Sindicato ainda cobra o pleno funcionamento da Comissão

Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), de acordo com o artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo a presidente do Sindserv, Audrei Guatura, tanto o departamento quanto a comissão são fundamentais para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para os trabalhadores. “É um direito dos funcionários, garantido por Lei, e

muito importante para prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. É fundamental que estejam ativos e funcionando para promover a proteção do trabalhador”, afirma.

Vale lembrar que no início de outubro a diretoria do Sindserv esteve na nova Unidade de Saúde de Cambury, na Costa Sul, (divulgado no Alerta Servidor) e encontrou os funcionários no prédio

que parecia uma obra inacabada, com bancadas, escadas, andaimes, objetos ainda por instalar. E os trabalhadores da unidade teriam sido designados para limpar o local e uns ainda estariam de chinelo no meio dos entulhos. O trabalhador já está sem a reposição salarial devida, sem os adicionais de insalubridade, sem reajuste no valor da cesta básica e não possuem vale refeição, e ainda é colocado nesta situação?

O que é Cipa?

O objetivo da Cipa é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos para prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

SINDSERV FLAGRA

Quase tudo caindo

Em pleno funcionamento, a **quadra de Barra do Una**, na Costa Sul, é mais um dos galpões que pode cair a qualquer momento devido à falta de manutenção. A corrosão e ferrugem na estrutura podem ser vistas por qualquer visitante. As pessoas também podem apreciar as “gambiarras” feitas para tentar segurar o que já está caindo. Pelo visto, qualquer um pode entrar a qualquer momento, já que o portão está tão deteriorado que não fecha mais. O Sindserv não admite este descaso com o funcionário público e com toda a população sebastianense e vai tomar providências junto aos órgãos competentes para que esse problema seja sanado o quanto antes. É preciso ter espaços limpos e seguros para que todos possam utilizar.



O que sobrou do banheiro

Já denunciávamos diversas vezes que muitos trabalhadores têm que limpar banheiros públicos sem receber insalubridade. Mas além de serem colocados nesta situação, ainda têm que cuidar de espaços caindo aos pedaços, como é o caso do **banheiro público da Rua da Praia**, no Centro Histórico. Agora, as condições do local estavam tão precárias que precisou ser interditado. A falta de uma estrutura para garantir a segurança e preservação do local, somada mais uma vez a pouca manutenção transformou este banheiro em um cenário de filme de terror. Pichações, entulhos, pias e torneiras totalmente destruídas, sem privada, e ainda tem o entorno, com bancos quebrados e lixo.



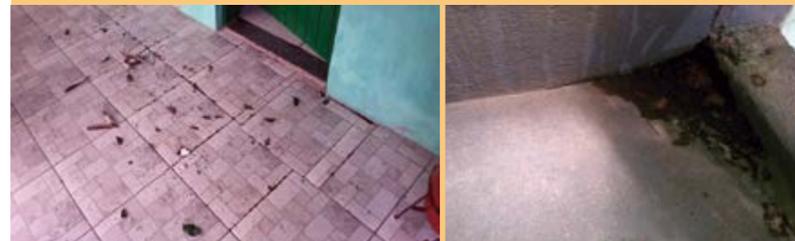
“Novinha em folha”

Com pouco mais de dois anos em funcionamento, a “nova” **Rodoviária Municipal**, no Centro de São Sebastião, já está com problemas na estrutura. A engenhosidade é tão grande que um pedaço de forro se transformou em cordão de isolamento para a escada. A maioria do forro caiu e ainda é possível ver água escorrendo pelas paredes em dias de chuva. E quem precisar usar o primeiro andar, cuidado! O botão do elevador está quebrado.



Quem limpa?

Já denunciávamos em outras edições do Alerta Servidor a falta de profissionais para a limpeza da **Unidade de Saúde da Família Boicucanga I e II**. Recebemos a denúncia que antes ainda tinha “alguém para o serviço de vez em quando e agora nem isso”. O Sindserv defende que tenha alguém fixo para esta função no local, ainda mais quando se trata de um espaço da área da saúde, o que garante a higiene necessária para o bem-estar dos trabalhadores e dos pacientes. Onde estão os servidores designados para esta função?



ATENÇÃO SERVIDOR! DENUNCIE!



Se você tiver alguma denúncia, vídeos e fotos com as condições de trabalho do seu setor, mande um email para **jornalismo@sindserv.com**.

O Sindserv irá tomar todas as providências legais cabíveis para defender o funcionário público e a denúncia também será divulgada no Alerta Servidor, no site e redes sociais do Sindicato. Não precisa se identificar.

Accesse: www.sindserv.com
Facebook.com/Sindserv.Independente

Espaço Jurídico: Você sabe como funciona um P.A. (Processo Administrativo Disciplinar)?



O Processo Administrativo Disciplinar tem o objetivo de apurar supostos ilícitos funcionais cometidos por servidores públicos municipais efetivos.

Inicia-se com a portaria de acusação, a qual descreve supostos ilícitos funcionais cometidos pelo servidor público.

Após a publicação da referida portaria, a Comissão Processante, nomeada pelo Prefeito e composta por três servidores efetivos, intima o servidor público para que compareça a audiência para apresentar sua versão dos fatos e esclarecer a Comissão sobre os supostos ilícitos cometidos pelo mesmo.

A Lei Complementar 146/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião) c.c. a Lei Federal nº. 8.906/94, exige a presença do advogado para acompanhar o servidor acusado em seu depoimento pessoal, bem como, para atuar em todos os atos do processo administrativo.

Após o depoimento pessoal do acusado, a Comissão Processante abre prazo de cinco dias para apresentação de defesa prévia, oportunidade que o servidor poderá produzir provas, tais como: arrolar testemunhas de defesa, juntar documentos, requerer perícia e outras medidas que importe na comprovação de sua inocência.

A Comissão Processante, após encerrada a instrução processual, passará a analisar todas as provas produzidas ao longo do Processo Administrativo

Disciplinar e apresentará seu relatório final recomendando ao Prefeito Municipal a absolvição do servidor ou caso entenda que o funcionário cometeu algum ilícito funcional previsto na portaria de acusação uma penalidade administrativa que poder ser uma advertência, suspensão ou até demissão.

O relatório final da Comissão Processante é encaminhado ao Prefeito que poderá acatar a recomendação da referida Comissão, ou discordar da mesma.



Da decisão do Prefeito Municipal ainda cabe pedido de reconsideração ao mesmo que poderá manter ou modificar sua decisão.

O Jurídico do Sindserv já atuou em centenas de processos administrativos disciplinares, absolvendo diversos servidores que poderiam injustamente ser demitidos do serviço público.

Toda semana o Jurídico do Sindserv acompanha servidores públicos em audiências de Processos Administrativos Disciplinares, promovendo a defesa dos mesmos e assistindo-os em todos os atos processuais, desde o depoimento do funcionário perante a Comissão Processante, até a elaboração da defesa final escrita.

Uma consideração importante que merece bastante atenção do servidor diz respeito a ameaças de chefias em relação a punições por supostos ilícitos funcionais cometidos pelo funcionário.

Sobre o tema, insta informar que toda penalidade administrativa disciplinar deve ser obrigatoriamente emanada do Sr. Prefeito após a instauração de processo administrativo disciplinar que garantirá ao funcionário o direito ao contraditório, ampla defesa, presunção de inocência e sempre ser acompanhado por um advogado.

Desta forma, nenhuma penalidade administrativa será válida se for aplicada por um chefe, diretor ou secretário a que o funcionário estiver subordinado.

O Jurídico do Sindserv espera ter esclarecido a categoria sobre a dinâmica dos processos administrativos disciplinares, colocando-se a disposição dos servidores para lutar pelos seus direitos e combater as injustiças perpetradas por chefias contra os trabalhadores públicos municipais.

Ricardo Harada

Advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)

Em defesa da aposentadoria dos trabalhadores, diversas categorias se reuniram no Sindserv

O Sindserv recebeu, na noite do dia 9 de novembro, na sede central da entidade, diversas categorias para o “Debate em defesa da aposentadoria dos trabalhadores”, organizado pelo Fórum Sindical do Litoral Norte. O evento abordou a chamada “crise” tanto no Regime Próprio de Previdência Social quanto no Setor Público Previdenciário e teve o objetivo de desmistificar muitas questões que estão sendo repassadas na mídia, como a de que a previdência estaria quebrada.

Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de São Sebastião (Faps). Rodolfo Martins, do Fórum Sindical, explica que foram diversos temas escolhidos pelo coletivo para serem debatidos. O primeiro foi o debate da Lei Antiterrorismo, depois sobre repressão aos movimentos sociais, ambos em Caraguatatuba. “Agora estamos falando sobre aposentadoria aqui no Sindserv, pois é uma crise que estão ‘vendendo’ para o trabalhador. Precariza, sucateia, até chegar ao ponto de dizer que não funciona para depois privatizar”, completa.

“São muitos ataques e o da aposentadoria não é menos importante. Todos se aposentam um dia. A juventude do Brasil tem dado exemplo de luta. A saída e o caminho para barrar estes ataques é a



luta e a união das classes. É uma avalanche de perdas dos nossos direitos e temos que nos organizar e nos mobilizar”, completou o diretor do Sindserv, Alexandre Lisboa.

Entre os temas tratados está a extinção do Ministério da Previdência, órgão responsável pela elaboração das políticas previdenciárias, gestão e fiscalização da Previdência Social no Brasil, e a divisão das

atividades da pasta entre o Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Agrário. Também foi abordada a Reforma da Previdência, que muda as regras para concessão de aposentadoria, entre outros assuntos.

A diretora do Sinsprev em São José dos Campos, Rita de Cássia, ressalta importância da união. “É necessário unir as diferentes lutas, tanto de quem é

da previdência pública, quanto quem está no regime próprio de previdência, pois de qualquer maneira é trabalhador e contribui esperando um futuro seguro. Vemos intenções claras de minar os profissionais que garantem o benefício do segurado e também de destruir a previdência pública para forçar as pessoas a caírem na previdência privada, entre outras maldades”, conclui.

Deterioração política e desemprego podem fazer grandes protestos voltarem

Analistas acreditam que as jornadas de 2013 devem ganhar versão ainda mais inflamada em 2017

Ninguém nega uma crise de representatividade política como um fenômeno mundial. A dúvida quanto à legitimidade dos partidos, enquanto agentes de representação de interesses, traz à tona a falta de correspondência das demandas da sociedade. A crise econômica e crescente descrédito dos cidadãos para com suas instituições representativas inflamaram os ânimos do brasileiro, que se vê vítima de um processo de deterioração do serviço público, e ainda é obrigado a pagar a conta. O resultado desta fórmula explosiva, segundo especialistas, pode ser a volta às ruas dos grandes protestos, como aconteceu em 2013. Mas com o agravante de que, agora, o desemprego e os escândalos políticos incendeiam ainda mais a população.

Essa crise, que não é apenas econômica, pode ser demonstrada pelo aumento no número de eleitores que se abstiveram nas eleições municipais de 2014 e a emergência de formas alternativas de ativismo político, puxado, muitas vezes, pela violência.

Segundo dados oficiais do Tribunal Superior Elei-

toral (TSE), a taxa de abstenção é crescente desde 2008, quando 14,6% dos eleitores não compareçam à votação. No pleito deste ano, o índice chegou a 17,6%. Este cenário de descrédito questiona o sistema democrático e deixa dúvidas sobre o futuro da política nacional.

“A sociedade quando entra num colapso de representatividade, como acontece em várias democracias do mundo; a espiral do silêncio, dos que pensam e não falam, vem à toa em momentos exacerbados. No fim das contas, a baixa participação nas urnas também não é uma surpresa, e é até aceitável num momento de crise de representatividade”, disse o professor doutor em comunicação política, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Roberto Gondo Macedo.

Com o aumento crescente da insatisfação popular com a classe política, o lema “Sem partido” que se propagou pelo país nas manifestações de junho de 2013, resultou numa guinada conservadora, com a proliferação de discursos cada vez mais radicais. Neste sentido, o atual clima de



Protesto em frente a Alerj

despolitização se torna altamente nocivo e preocupante.

“Acredito que 2017 pode ser um retorno de 2013, com o agravante das prisões, que ao mesmo tempo tranquiliza grupos e estimulam outros. Essa insatisfação dá brecha para discursos de mudanças radicais. No Brasil o exemplo é o caso do [deputado federal Jair] Bolsonaro. Mas não acredito numa vitória do radicalismo no Brasil. Você tem outros nomes em território nacional que não são tão ruins, trazendo uma ideia de renovação. A última fase de descrédito é de não acreditar nem na

justiça, e esse ainda não é o caso do nosso país”, completou Roberto.

Cristiano Noronha é cientista político, mora no Distrito Federal, em Brasília, e traça o mesmo paralelo com 2013, com o agravante, que segundo ele, o que a população insatisfeita tinha naquela época, ela não tem mais. “Naquela época, a gente tinha uma situação de baixo índice de desemprego, com acesso a produtos e serviços que antes eles não tinham, mas mesmo assim estavam insatisfeitos com a qualidade do que estava sendo ofertado. Hoje, esse cenário de economia forte não existe mais. As

peças perderam aquilo que tinham, e passaram a viver uma situação bastante difícil”, disse.

“A operação Lava Jato expôs que a classe política estava, na verdade, atuando muito em benefício próprio nos últimos anos, tentando tirar proveito em sistemas de corrupção através desses contratos em atividades econômicas. Hoje essa população, além de perder o emprego, tem que pagar uma conta que não foi criada por ela”, disse o cientista político Cristiano Noronha.

*Via Jornal do Brasil



Estamos de olho!!!!



Em setembro Alertamos que muitos trabalhadores e estudantes estavam sofrendo com o forte cheiro de tinta. A denúncia

que recebemos na época é que pintaram somente as escolas que seriam usadas nas eleições. De qualquer forma é um absurdo, pois

muitas pessoas estariam com problemas de saúde e outras nem teriam conseguido ficar nos locais. Agora vemos que é um mar de tinta verde que continua por diversas unidades escolares e os servidores e demais cidadãos continuam a sofrer com a falta de planejamento.

O Sindserv exige providências para que o servidor consiga desempenhar sua função sem riscos a saúde. A adminis-

tração teve oito anos para deixar tudo em ordem, teve várias férias e finais de semana para realizar a manutenção necessária. É

claro que queremos escolas bonitas e organizadas, mas sabemos que com boa gestão ninguém sai prejudicado com isso.

